

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

Marta Velo Hofmeister

COGNIÇÃO HUMANA E TESTEMUNHO:
A viabilidade do estabelecimento de parâmetros procedimentais para a prova
testemunhal de adultos no processo penal

Porto Alegre
2024

Marta Velo Hofmeister

COGNIÇÃO HUMANA E TESTEMUNHO:

A viabilidade do estabelecimento de parâmetros procedimentais para a prova
testemunhal de adultos no processo penal

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Direito, como
parte dos requisitos para obtenção do título de
Mestre em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Ângelo Roberto Ilha da
Silva

Porto Alegre

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Hofmeister, Marta Velo

Cognição humana e testemunho: : A viabilidade do estabelecimento de parâmetros procedimentais para a prova testemunhal de adultos no processo penal / Marta Velo Hofmeister. -- 2024.

131 f.

Orientador: Ângelo Roberto Ilha da Silva.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Direito, Programa de Pós-Graduação em Direito, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Prova testemunhal. 2. Processo penal. 3. Psicologia do testemunho. 4. Neurociências. 5. Entrevista cognitiva. I. Silva, Ângelo Roberto Ilha da, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Marta Velo Hofmeister

COGNIÇÃO HUMANA E TESTEMUNHO:

A viabilidade do estabelecimento de parâmetros procedimentais para a prova testemunhal de adultos no processo penal

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Direito.

Aprovada em 13 de novembro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ângelo Roberto Ilha da Silva (UFRGS)

Prof. Dr. Daniel Mitidiero (UFRGS)

Prof. Dr. Aury Celso Lima Lopes Junior (PUCRS)

Prof^a. Dr^a. Maria Cecília Butierres (FJP)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais e maiores incentivadores, Guilherme e Ana, e à minha avó Lygia.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Guilherme e Ana, que, além de sempre me mostrarem o valor da educação e da leitura, ensinaram-me a nunca aceitar respostas simples para problemas complexos. Obrigada por acreditarem tanto em mim.

Aos meus irmãos, Eduardo e Laura, e à toda a minha família. Vocês são o que há de mais importante e precioso para mim.

Aos meus amigos, a quem eu agradeço em nome da Luiza. Tua amizade muitas vezes foi fonte de força e motivação ao longo desses dois anos.

À minha sócia e parceira Marina. Agradeço o estímulo e carinho.

Ao professor Ângelo. Professor, já lhe disse algumas vezes que o senhor representa o que é, realmente, ser um mestre: ensina, compartilha, incentiva, aprende, agrega e inspira. Ter o senhor como orientador é um privilégio do qual serei sempre grata. Obrigada por tanto.

Ao grupo de pesquisa, em especial aos meus grandes parceiros Leonardo e Lúcia e ao querido colega Pedro. Obrigada por todo o apoio e por me ensinarem tanto. O complexo e desafiador mundo do Direito parece um pouco menos difícil com o suporte de vocês.

Aos ilustres membros da minha banca examinadora, professor Dr. Aury Lopes Junior, professor Dr. Daniel Mitidiero e professora Dr^a. Maria Cecília Butierres. Que grande honra poder contar com o olhar, sabedoria, contribuições e críticas de profissionais tão brilhantes. Tê-los em minha banca faz parte da concretização de um sonho acadêmico.

Por fim, agradecer à minha vó Lygia. Precisar me despedir de ti esse ano foi uma dor e um desafio muito grandes, mas tudo o que eu aprendi ao teu lado estará sempre comigo. O que tu me ensinaste eu jamais encontrarei em nenhum livro ou artigo científico. Sei que tu ainda estás comigo em cada conquista.

RESUMO

A prova testemunhal é peça importante e relevante do direito probatório, tendo grande valor no contexto do processo penal. Frente a isso, conceitos e pesquisas da psicologia e da neurociência têm sido adotados para aprimorar esse procedimento. Ainda assim, observa-se uma grande lacuna entre os conhecimentos adquiridos em tais estudos científicos e a prática jurídica. Por mais que a prova testemunhal de crianças e adolescentes e o reconhecimento de pessoas tenham apresentado avanços nesse sentido, no caso da prova testemunhal de adultos é possível constatar pouco rigor técnico procedimental. Tendo em vista que o testemunho do adulto é uma prova dependente da cognição humana, é essencial que sejam adotados cuidados que diminuam a chance de erros, aumentando a qualidade da prova obtida. Nesse sentido, pretende-se, por meio de uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório, analisar métodos e protocolos de entrevista que têm sido utilizados ou testados no âmbito jurídico; será, então, analisada a viabilidade de que sejam adaptados e empregados na coleta da prova testemunhal de adultos. Entende-se que o uso de técnicas empiricamente testadas para o contexto do testemunho não apenas é factível para a realidade brasileira, mas também fundamental.

Palavras-chave: prova testemunhal; processo penal; neurociência; psicologia do testemunho; cognição humana.

ABSTRACT

Testimonial evidence is an important and relevant element of evidence law, holding significant value within the context of criminal procedure law. In light of that, concepts and scientific research from psychology and neuroscience have been used to improve it. Nonetheless, there seems to be a substantial gap between the knowledge resulting from such scientific studies and legal practice. While there have been advancements in the testimony of children and teenagers and even in witness identification, the testimonial of adults evidence little procedural scientific rigor. Given that adult testimony depends on human cognition, it is essential to adopt procedures that reduce the possibility of mistakes, thereby increasing the quality of the evidence obtained. In that regard, this exploratory bibliographic research aims to analyze scientific methods and interview protocols that have been used or tested within the legal practice; it will then be evaluated the feasibility of adapting and employing those methods for the adults testimonial evidence. It is believed that the use of empirically tested techniques for the context of testimony is not only feasible for the Brazilian reality but also fundamental.

Keywords: testimonial evidence; criminal law; neuroscience; psychology of testimony; human cognition.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 A PROVA TESTEMUNHAL NO PROCESSO PENAL.....	12
1.1 Epistemologia do testemunho.....	13
1.1.1 <i>Presuntivismo, não presuntivismo e dualismo.....</i>	<i>17</i>
1.1.2 <i>Valoração da prova.....</i>	<i>22</i>
1.2 A questão da verdade no processo penal.....	24
1.3 Modelo acusatório.....	32
1.4 Modelos probatórios.....	35
1.4.1 <i>Modelo subjetivo da prova.....</i>	<i>35</i>
1.4.2 <i>Modelo objetivo da prova.....</i>	<i>37</i>
2 AS CIÊNCIAS DA MENTE E A PROVA TESTEMUNHAL.....	39
2.1 Neurociência.....	39
2.2 Psicologia.....	42
2.2.1 <i>Psicologia cognitiva.....</i>	<i>45</i>
2.2.2 <i>Neuropsicologia cognitiva.....</i>	<i>47</i>
2.2.3 <i>Psicologia social.....</i>	<i>49</i>
2.2.4 <i>Psicologia do testemunho.....</i>	<i>50</i>
2.3 O desenvolvimento cognitivo.....	55
2.4 Memória e testemunho.....	57
2.5 Percepção e testemunho.....	72
2.6 Influência da cognição humana na prova testemunhal no processo penal.....	78
2.6.1 <i>Fatores relacionados à testemunha.....</i>	<i>78</i>
2.6.2 <i>Fatores relacionados aos atores da persecução penal.....</i>	<i>82</i>
2.6.2.1 <i>Formato da pergunta.....</i>	<i>83</i>
2.6.2.2 <i>Vieses cognitivos e a prova penal.....</i>	<i>86</i>
3 PROPOSIÇÕES DE PARÂMETROS PROCEDIMENTAIS.....	90
3.1 Legislação vigente.....	90
3.1.1 <i>Art. 212 e 213 do Código de Processo Penal (Lei nº 11.690/08)....</i>	<i>91</i>
3.1.2 <i>Reconhecimento de suspeitos – o art. 226 do Código de Processo Penal e a Resolução 484/2022 do CNJ.....</i>	<i>94</i>

3.1.3 Coleta de prova testemunhal de crianças e adolescentes – A Lei 13.431 e o Decreto 229/2019 CNJ.....	96
3.2 Proposições para uma prova testemunhal mais fidedigna.....	100
3.2.1 Entrevista cognitiva.....	101
3.2.2 Self-administered interview (SAI).....	110
3.2.3 Viabilidade prática das técnicas de entrevista aplicadas ao testemunho no contexto brasileiro.....	113
CONCLUSÃO.....	120
REFERÊNCIAS.....	122

INTRODUÇÃO

Os (cada vez mais bem embasados e reconhecidos) estudos da psicologia e da neurociência aplicados à prática jurídica têm sido gradual e progressivamente aceitos como importantes pilares para um direito probatório mais confiável e fidedigno. Ainda assim, na prática, ainda se observa uma importante lacuna entre o conhecimento científico adquirido e a sua devida aplicação no âmbito forense.

Em casos específicos – tal como a coleta da prova testemunhal de crianças e adolescentes e o reconhecimento de suspeitos – já há uma aproximação entre o que prezam os principais estudos sobre a cognição humana e o testemunho; no entanto, no caso da prova testemunhal de adultos, entende-se que existe um longo caminho a ser percorrido para que essa seja uma prova mais confiável e justa, do ponto de vista científico e metodológico.

No presente trabalho, investiga-se a possibilidade de que sejam estabelecidos parâmetros procedimentais cientificamente embasados para que a prova testemunhal de adultos no processo penal seja mais fidedigna, assegurando, ao mesmo tempo, a busca pela verdade e as garantias do réu.

Acredita-se que, apesar de não ser possível eliminar todos os fatores que tornam o testemunho do adulto uma prova frágil, pode-se pensar em procedimentos que minimizem as chances de erro e contaminação dessa prova a partir dos avanços científicos da psicologia do testemunho, especificamente da entrevista cognitiva – a qual tem sido amplamente testada e utilizada no âmbito judiciário nas últimas décadas.

Apesar de não ter a pretensão de esgotar o tema, tampouco resolvê-lo, o trabalho busca compreender o que os mais recentes estudos científicos apontam como formas de tornar a prova testemunhal do adulto mais segura, quais práticas parecem ser adequadas para a prática jurídica brasileira, e qual a sua viabilidade.

O trabalho divide-se em três capítulos. O primeiro, abordará o tema basilar do estudo: a prova testemunhal no processo penal. Entende-se que a compreensão da epistemologia do testemunho – especificamente os principais conceitos epistêmicos adotados nos sistemas jurídicos e a valoração da prova, o entendimento da busca da verdade no sistema jurídico e a análise do modelo processual adotado no contexto brasileiro são fundamentais para entender os procedimentos de coleta de testemunho

como são hoje. Da mesma forma, fundamental analisar os modelos probatórios¹ e de que forma cada um pode influenciar na análise de um testemunho.

No segundo capítulo, as ciências da mente serão o foco, especificamente a neurociência e a psicologia. Tendo em vista que a cognição humana é parte fundamental e basilar do testemunho, um maior entendimento do desenvolvimento cognitivo – em especial da memória e da percepção – importa para que se possa compreender de que forma ele impacta a forma que um adulto relata um evento. Ainda nesse capítulo, pretende-se demonstrar de que maneira, efetivamente, o funcionamento cognitivo da testemunha, mas também dos atores da persecução penal, influenciam um relato testemunhal.

Ao longo do terceiro capítulo, serão sugeridos parâmetros procedimentais visando a uma prova testemunhal mais segura e técnica. Será apontado o que hoje está descrito no Código de Processo Penal a fim de proteger o relato testemunhal. Da mesma forma, será demonstrado que em casos específicos o legislador já reconheceu a falibilidade da cognição humana: na oitiva de crianças e adolescentes testemunhas ou vítimas de violência, e no reconhecimento de suspeitos. Nestes casos, há a previsão de cuidados técnicos para preservar o máximo possível o relato, porém o que se prevê no caso do testemunho de adultos ainda parece ser insuficiente.

Ainda que não pareça factível a aplicabilidade do depoimento cognitivo em sua integralidade e/ou literalidade no cotidiano forense, o uso de algumas de suas diretrizes já poderia ser eficaz para maximizar a quantidade de informações obtidas em um relato testemunhal e minimizar os erros. Dessa forma, entende-se que, ainda que a adoção de parâmetros procedimentais não irá resolver o problema da falibilidade da prova testemunhal do adulto, é possível reduzir os danos e ter, assim, um material probatório mais confiável.

¹ Sugeridos por Victor de Paula Ramos em: RAMOS, Vitor de Paula. **Prova testemunhal**: do subjetivismo ao objetivismo, do isolamento científico ao diálogo da psicologia e a epistemologia. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora JusPodivm, 2024, p. 33.

CONCLUSÃO

A análise da complexidade do tema da cognição humana e também da prova testemunhal no processo penal, permite a conclusão de que, no Brasil, não existe uma efetiva atenção para o impacto do fator humano na fidedignidade da prova no caso do testemunho de adultos.

Enquanto na oitiva de crianças e adolescentes há a construção de um protocolo específico para a coleta dessa prova e mesmo no reconhecimento de pessoas existe um cuidado procedimental (com um recente manual de procedimentos redigido com o intuito de ter práticas mais seguras e assertivas), no caso do testemunho de adultos, isso parece ainda estar muito aquém do que seria considerado, pela neurociência e pela psicologia do testemunho, o ideal para diminuir a chance de erros.

Ainda que não seja possível eliminar todos os fatores que tornam o relato humano uma prova frágil – tanto do ponto de vista da testemunha quanto dos atores da persecução penal –, a ciência avançou no sentido de encontrar meios para torná-la mais confiável e menos suscetível a erros.

O uso de protocolos com técnicas baseadas em evidências científicas parece ser o caminho mais efetivo na busca da verdade no processo penal, quando se fala de uma verdade probabilística e aproximativa.

A entrevista cognitiva e a SAI têm demonstrado bons resultados nesse sentido, auxiliando no alcance do máximo de informações testemunhais, sem comprometer a qualidade do relato. Ambas já são utilizadas no contexto jurídico – em alguns casos inclusive já sendo adaptadas ao contexto brasileiro. No entanto, ainda não são práticas efetivamente implementadas no âmbito do direito probatório.

Apesar dos obstáculos de ser implementada a utilização de protocolos e procedimentos no caso do testemunho de adultos, os ganhos no sentido da fidedignidade do relato e da busca pela aproximação da verdade parecem justificar o enfrentamento desses desafios.

REFERÊNCIAS

ABREU, Neander; RIVERO, Thiago Strahler; COUTINHO, Gabriel; BUENO, Orlando F. A. Neuropsicologia da aprendizagem e da memória. *In*: FUENTES, Daniel; MALLOY-DINIZ, Leandro F.; CAMARGO, Candida Helena Pires de; CONSENZA, Ramon M. **Neuropsicologia: teoria e prática**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ALVES, Alaôr Caffé. **Dialética e Direito: linguagem, sentido e realidade: fundamentos a uma teoria crítica da interpretação do direito**. Barueri: Manole, 2010.

ARANTES FILHO, Marcio Geraldo Britto. **O cross-examination como procedimento probatório para produção de prova testemunhal no direito processual penal brasileiro**. 2016. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

AROCA, Juan Montero. **Proceso (civil y penal) y garantia**. Valencia: Tirant Lo Blanch, 2006.

ARONSON, Elliot; WILSON, Timothy D.; AKERT, Robin M. *Psicologia Social*. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2021.

ÁVILA, Gustavo Noronha de. **Falsas memórias e Sistema Penal: a prova testemunhal em xeque**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

ÁVILA, Gustavo Noronha de et al. Política não-criminal e Processo Penal: A intersecção a partir das Falsas Memórias da Testemunha e seu possível impacto carcerário. **Revista Eletrônica de Direito Penal e Política Criminal**, v. 2, n. 1, p. 15-28, 2014.

BADARÓ, Gustavo Henrique. **Epistemologia judiciária e prova penal**. 2. ed. São Paulo: Thomsom Reuters Brasil, 2023.

BADARÓ, Gustavo Henrique. **Processo Penal**. 8. ed. São Paulo: Thomsom Reuters Brasil, 2020.

BADDELEY, Alan; ANDERSON, Michael C.; EYSENCK, Michael W. **Memória**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BARCLAY, J. Richards; BRANSFORD, John D.; FRANKS, Jeffery J.; McCARRELL, Nancy S.; NITSCH, Kathy. Comprehension and semantic flexibility. **Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior**, 13(4), 471-481, 1974.

BARON, Robert S.; VANDELLO, Joseph A.; BRUNSMAN, Bethany. The forgotten variable in conformity research: Impact of task importance on social influence. **Journal of personality and social psychology**, v. 71, n. 5, p. 915, 1996.

BEAR, Mark F.; CONNORS, Barry W.; PARADISO, Michael A. **Neurociências: Desvendando o Sistema Nervoso**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017. v. 16.

BENIA, Luis Roberto et al. The NICHD investigative interview protocol: A meta-analytic review. **Journal of child sexual abuse**, v. 24, n. 3, p. 259-279, 2015.

BENSON, Nigel; COLLIN, Catherine; GRAND, Voula; LAZYAN, Merrin; GINSBURG, Joannah; & WEEKS, Marcus. **The psychology book: Big ideas simply explained**. New York, NY: DK Publishing, 2012.

BENTHAM, Jeremy. The introductory view of the rationale of evidence. Trad. Livre. In: BOWRING, John. **The works of Jeremy Bentham**. Edinburgh: William Tait, 1838-1843, v. 6, p. 1.

BERNSTEIN, Daniel M.; LOFTUS, Elizabeth F. How to tell if a particular memory is true or false. **Perspectives on Psychological Science**, v. 4, n. 4, p. 370-374, 2009.

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) em varas de família**. Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia e Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. 2. ed. Brasília: CFP, 2019.

BUTIERRES, Maria Cecília. **A escolha do perito e suas implicações epistêmicas nas provas periciais psicológicas**. Orientador: José Alcebíades de Oliveira Junior. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

BUTIERRES, Maria Cecília; PHILIPPSEN, Eduardo Gomes. O viés retrospectivo e seus reflexos na tomada de decisão judicial. In: BUA, Cíntia Teresinha Burhalde; CARDOSO, Renato César; SILVA, Ângelo Roberto Ilha da. (orgs.). **Neurociências aplicadas ao direito**. Porto Alegre: Editora Fundação Fenix, 2022.

BUTIERRES, Maria Cecília; SILVA, Pedro Henrique Oliveira Kenne da. O decurso do tempo e a prova testemunhal: a psicologia do testemunho na jurisprudência do STJ. In: SILVA, Ângelo Roberto Ilha da. **Comportamento humano, direito penal e neurociências**. Belo Horizonte, São Paulo: D'Plácido, 2023.

CARNELUTTI, Francesco. **La prova civile**. 2. ed. Roma: Edizioni dell'Ateneo, 1947.

CARNELUTTI, Francesco. **Lições sobre o Processo Penal**. Tradução: Francisco José Galvão Bruno. Campinas: Bookseller, 2004.

CECCONELLO, William Weber; STEIN, Lilian M Milnitsky. Prevenindo injustiças: como a psicologia do testemunho pode ajudar a compreender e prevenir o falso reconhecimento de suspeitos. **Avances en Psicología Latino-americana**, 38(1), 2020, 172-188.

CECCONELLO, William Weber; AVILA, Gustavo Noronha de; STEIN, Lilian Milnitsky. A (ir)repetibilidade da prova penal dependente da memória: uma discussão com base na psicologia do testemunho. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 8, n. 2, p. 1057-1073, 2018.

CECCONELLO, William Weber; FITZGERALD, Ryan J.; STEIN, Lilian Milnitsky. Efeitos do alinhamento justo e similaridade de rostos no reconhecimento de pessoas. **Psico-USF**, v. 27, p. 181-191, 2022.

CECCONELLO, William Weber; STEIN, Lilian Milnistky; ÁVILA, Gustavo Noronha de. Novos rumos para o reconhecimento de pessoas no Brasil? Perspectivas da Psicologia do Testemunho frente à decisão HC 598.886-SC. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. vol. 177. ano 29. p. 359-368. São Paulo: Ed. RT, 2021.

CHAN, Jason CK; THOMAS, Ayanna K.; BULEVICH, John B. Recalling a witnessed event increases eyewitness suggestibility: The reversed testing effect. **Psychological science**, v. 20, n. 1, p. 66-73, 2009.

CONSENZA, Ramon M. Neuroanatomia funcional básica para o neuropsicólogo. *In*: FUENTES, Daniel; MALLOY-DINIZ, Leandro F.; CAMARGO, Candida Helena Pires de; CONSENZA, Ramon M. **Neuropsicologia: teoria e prática**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

CORDERO, Franco. **Procedimento Penal**. Tomo II. Trad. Jorge Guerrero. Santa Fé de Bogotá – Colômbia: Editorial Temis, 2000.

COSTA, Danielle Irigoyen da; AZAMBUJA, Luciana Schermann; BUCHWEITZ, Augusto. Entendendo o desenvolvimento do cérebro da criança: cérebro e cognição. *In*: *In*: NUNES, Magda Lahorgue; COSTA, Jaderson Costa da; DE SOUZA, Draiton Gonzaga. **Entendendo o Funcionamento do Cérebro ao Longo da Vida**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2021.

DAMASKA, Mirjan R. **I volti della giustizia e del potere**: analisi comparatistica del processo. Trad: Andrea Giussani e Fabio Rota. Bologna: Società editrice il Mulino, 2002.

DANDO, Coral; WILCOCK, Rachel; MILNE, Rebecca. The cognitive interview: The efficacy of a modified mental reinstatement of context procedure for frontline police investigators. **Applied Cognitive Psychology: The Official Journal of the Society for Applied Research in Memory and Cognition**, v. 23, n. 1, p. 138-147, 2009.

DANDO, Coral. Drawing to remember: External support of older adults' eyewitness performance. **PloS one**, v. 8, n. 7, p. 1-7, 2013.

DE-LORENZI, Felipe da Costa; CEOLIN, Guilherme Francisco. O processo penal busca a verdade, mas não a qualquer custo: os novos caminhos para uma antiga controvérsia. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. Vol. 177, p. 71-132, São Paulo: Ed. RT, 2021.

DI GESU, Cristina. **Prova penal e falsas memórias**. 4. ed. rev. ampl. atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2024.

EBBINGHAUS, Hermann. Memory: a contribution to experimental psychology. **Annals of neurosciences**, 20(4), p. 155, 2013.

EILBERG, Daniela Dora; ALBUQUERQUE, Laura Gigante. A função de julgar: uma leitura convencional e humanitária do processo penal brasileiro. *In*: **Direito e Liberdade**: Estudos em homenagem ao prof. Nereu José Giacomolli. São Paulo: Almedina, 2022.

EYSENCK, Michael W.; KEANE, Mark T. **Manual de psicologia cognitiva**. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

FERNANDES, Lara Teles. **Prova testemunhal no processo penal: uma proposta interdisciplinar de valoração**. 2. ed. Florianópolis: Emais, 2020.

FERREIRA, Mariana Suzart Paschoal. **Neurodireito da memória: A fragilidade da prova testemunhal e de reconhecimento de pessoas**. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2021.

FERRER-BELTRÁN, Jordi. **Prova sem convicção: standards de prova e devido processo**. Trad: Vitor de Paula Ramos. 2. ed. São Paulo: Juspodivm, 2023.

FERRER-BELTRÁN, Jordi. **Valoração racional da prova**. Trad: Vitor de Paula Ramos. 3. ed. São Paulo: Juspodivm, 2023.

FERRER-BELTRÁN, Jordi. **Prova e verdade no Direito**. Trad: Vitor de Paula Ramos. São Paulo: RT, 2018.

FERRER-BELTRÁN, Jordi. **Prueba y verdad en el derecho**. 2. ed. Madrid: Marcial Pons, 2005.

FERRU, Paolo, **Il 'giusto processo'**. 2. ed. Bologna: Zanichelli, 2012.

FIRSCHHOFF, Baruch. "Hindsight ≠ foresight: the effect of outcome knowledge on judgment under uncertainty". **Quality & Safety in Health Care**, vol. 12, n.4, ago. 2003. p. 304-312.

FISHER, Ronald P., BRENNAN, Kendra H., & MCCAULEY, Michelle R. The cognitive interview method to enhance eyewitness recall. In M. L. Eisen, J. A. Quas, & G. S. Goodman (Eds.), **Memory and suggestibility in the forensic interview** (pp. 265–286). Lawrence Erlbaum Associates Publisher, 2002.

FISHER, Ronald P.; GEISELMAN, R. Edward; RAYMOND, D. S. Critical analysis of police interviewing techniques. **Journal of Police Science and Administration**, 15,177-185, 1987.

FLAVELL, John, H.; MILLER, Patricia H.; MILLER, Scott, A. **Desenvolvimento Cognitivo**. 3. ed. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. 3. ed. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

FUENTES, Daniel; MALLOY-DINIZ, Leandro F.; DE CAMARGO, Candida Helena Pires; COSENZA, Ramon M. **Neuropsicologia: teoria e prática**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

FURINI, Cristiane R. G. Memória. In: NUNES, Magda Lahorgue; COSTA, Jaderson Costa da; DE SOUZA, Draiton Gonzaga. **Entendendo o Funcionamento do Cérebro ao Longo da Vida**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2021.

FURNISS, Tilman. Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar, manejo, terapia e intervenção legal. In: **Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar, manejo, terapia e intervenção legal**, 1993.

GABBERT, Fiona; MEMON, Amina; ALLAN, Kevin. Memory conformity: Can eyewitnesses influence each other's memories for an event?. **Applied Cognitive Psychology: The Official Journal of the Society for Applied Research in Memory and Cognition**, v. 17, n. 5, p. 533-543, 2003.

GABBERT, Fiona; HOPE, Lorraine; FISHER, Ronald P. Protecting eyewitness evidence: examining the efficacy of a self-administered interview tool. **Law and human behavior**, v. 33, n. 4, p. 298, 2009.

GABBERT, Fiona et al. The role of initial witness accounts within the investigative process. **Communication in investigative and legal contexts: Integrated approaches from forensic psychology, linguistics and law enforcement**, p. 107-131, 2015.

GARCIA, Paulo S. Sistema Acusatório Princípio Processual Penal Implícito na Constituição. **Revista de Ciências Jurídicas e Empresariais**, v. 21, n. 1, p. 31-37, 2020.

GAZZANIGA, Michael S.; IVRY, Richard B.; MANGUN, George R. **Cognitive Neuroscience: the biology of the mind**. 5. ed. New York, London: W. W. Norton & Company, 2019.

GEISELMAN, R. Edward; FISHER, Ronald. Interviewing victims and witnesses of crime. **Psychology public police and law**. 1(4):732-764, 1985.

GIACOMOLLI, Nereu José. **O devido processo penal: abordagem conforme a Constituição Federal e o Pacto de São José da Costa Rica**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GOLDMAN, Alvin I. **Knowledge in a Social World**. Oxford: Clarendon, 1999.

GASCÓN ABELLÁN, Marina. **Os fatos no Direito: bases argumentativas da prova**. 3. ed. rev. e atual. Trad: Ravi Peixoto. Rev: Vitor de Paula Ramos. São Paulo: JusPodivm, 2024.

GRECO FILHO, Vicente. **Manual de Processo Penal**, 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

GROSS, Marco Eugênio. **A categoria das máximas de experiência no âmbito do livre convencimento do juiz e o seu controle pelo Superior Tribunal de Justiça**. Orientador: Danilo Knijnik. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

GUBI-KELM, Silvia; SCHMIDT, Alexander F. The role of intonation for interrogative suggestibility. **Applied Cognitive Psychology**, v. 32, n. 1, p. 117-128, 2018.

GULOTTA, Guglielmo. **La investigazione e la cross-examination**: competenze e sfide per il processo penale moderno. Milano: Giuffrè Editore, 2003.

GULOTTA, Guglielmo. **La psicoterapeuta stratega**: metodi ed esempi per risolvere i problemi de paziente 2. ed. Milano: FrancoAngeli, 2005.

HAACK, Susan. **Evidence matters**: Science, proof, and truth in the law. New York: Cambridge University Press, 2014.

HAACK, Susan. **Philosophy of logics**. New York: Cambridge University Press, 1978.

HABIGZANG, Luísa Fernanda et al. Avaliação psicológica em casos de abuso sexual na infância e adolescência. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 21, p. 338-344, 2008.

HAMMOND, Kenneth R. **Judgments under stress**. New York: Oxford University press, 2000.

HANSEN, Thorsten et al. Memory modulates color appearance. **Nature neuroscience**, v. 9, n. 11, p. 1367-1368, 2006.

HAZIN, Izabel et al. Contribuições da Neuropsicologia de Aleksandr Romanovich Luria para o debate contemporâneo sobre relações mente-cérebro. **Mnemosine**, v. 6, n. 1, 2010.

HENDERSON, John M.; HOLLINGWORTH, Andrew. Eye Movements During Scene Viewing: An Overview. *In*: UNDERWOOD, G. **Eye Guidance in Reading and Scene Perception**. [S. l.]: North Holland, 1998. cap. 12, p. 269-293.

HOLLIDAY, Robyn E. et al. Reducing misinformation effects in older adults with cognitive interview mnemonics. **Psychology and Aging**, v. 27, n. 4, p. 1191, 2012.

HOPE, Lorraine; GABBERT, Fiona; FISHER, Ronald P. From laboratory to the street: Capturing witness memory using the Self-Administered Interview. **Legal and criminological psychology**, v. 16, n. 2, p. 211-226, 2011.

HOPE, Lorraine; WRIGHT, Daniel. Beyond unusual? Examining the role of attention in the weapon focus effect. **Applied Cognitive Psychology: The Official Journal of the Society for Applied Research in Memory and Cognition**, v. 21, n. 7, p. 951-961, 2007.

HUSS, M. T. **Psicologia forense: pesquisa, prática clínica e aplicações**. Artmed Editora, 2011.

IMWINKELRIED, Edward J. Regulating expert evidence in US courts: measuring Daubert's impact. *In*: ROBERTS, Paul; STOCKDALE, Michael. **Forensic Science**

Evidence and Expert Witness Testimony: Reliability through Reform?. UK: Edward Elgar Pub, 2018. cap. 9, p. 275–309.

IZQUIERDO, Iván. **Memória**. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Artmed, 2011.

JONIDES, John; LEWIS, Richard L.; NEE, Derek Evan; LUSTIG, Cindy A.; BERMAN, Marc G.; MOORE, Katherine S. The mind and brain of short-term memory. **Annual Review of Psychology**, 59, 193-224, 2008.

KAHNEMAN, Daniel. **Rápido e devagar**: duas formas de pensar. Objetiva, 2012.

KANDEL, Eric R.; SCHWARTZ, James H.; JESSELL, Thomas M.; SIEGELBAUM, Steven A.; HUDSPETH, A. J. **Principles of neural science**. 6. ed. New York: McGraw-Hill, 2021.

KÖHNKEN, Günter et al. The cognitive interview and the assessment of the credibility of adults' statements. **Journal of Applied Psychology**, v. 80, n. 6, p. 671, 1995.

LAGO, Vivian de Medeiros et al. Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação. **Estudos de psicologia (Campinas)**, v. 26, p. 483-491, 2009.

LAMPINEN, James Michael et al. Effects of distance on face recognition: Implications for eyewitness identification. **Psychonomic bulletin & review**, v. 21, p. 1489-1494, 2014.

LIBERALI, Jordana Folle de Menezes. **O papel da memória no julgamento e tomada de decisão**. Orientadora: Lilian Milnitsky Stein. Teses de Doutorado em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2012.

LIMA, Ramón Hypolito. **Um estudo sobre a participação do córtex entorrinal na consolidação e reconsolidação da memória de reconhecimento de objetos**. Orientador: Martin Pablo Cammarota. Dissertação de mestrado em Gerontologia Biomédica. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009.

LINDSAY, R. C. L. et al. How variations in distance affect eyewitness reports and identification accuracy. **Law and Human Behavior**, v. 32, p. 526-535, 2008.

LOFTUS, Elizabeth F. Memory distortion and false memory creation. **Journal of the American Academy of Psychiatry and the Law Online**, v. 24, n. 3, p. 281-295, 1996.

LOPES JR, Aury. **Direito processual penal**. 19. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022.

LOPES JR, Aury. **Fundamentos do Processo Penal**: introdução crítica. 10. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024.

LURIA, Alexander Romanovich. **A construção da mente**. 2. ed. São Paulo: Ícone, 2015.

LURIA, Alexander Romanovich. **O homem com o mundo estilhaçado**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MACKAAY, Ejan; ROUSSEAU, Stéphane. **Análise econômica do Direito**. Trad: Rahel Sztajn. São Paulo: Atlas, 2015.

MALATESTA, Nicola Framarino dei. **A lógica das provas em matéria criminal**. Trad: Paolo Capitanio. 6 ed. Campinas: Bookseller, 2005.

MALLOY-DINIZ, Leandro F.; DE PAULA, Jonas Jardim; SEDÓ, Manuel; FUENTES, Daniel; LEITE, Wellington Borges. Neuropsicologia das funções executivas e da atenção. In: FUENTES, Daniel; MALLOY-DINIZ, Leandro F.; DE CAMARGO, Candida Helena Pires; COSENZA, Ramon M. **Neuropsicologia: teoria e prática**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. cap. 7, p. 93-101.

MANZANERO, Antonio Lucas. **Psicología del Testimonio: una aplicación de los estudios sobre la memoria**. Madrid: Ediciones Pirámide, 2008.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. **Prova**. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

MARMELSTEIN, George. **Testemunhando a injustiça: a ciência da prova testemunhal e das injustiças inconscientes**. São Paulo: Editora JusPODIVM, 2022.

MARTINS, Rui Cunha. **O ponto cego do direito**. The Brazilian Lessons. Universidade de Coimbra. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2010.

MASSENA, Caio Badaró. A prova testemunhal no Processo Penal brasileiro: uma análise a partir da epistemologia e da psicologia do testemunho. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v. 156, p. 23-59, 2019.

MATIDA, Janaina; NARDELLI, Marcella Mascarenhas; HERDY, Rachel. No processo penal, a verdade dos fatos é garantia. **Revista Consultor Jurídico**, v. 19, 2020.

MAZZONI, Giuliana. **Psicología del testimonio**. Madrid: Trotta, 2019.

MELO, Hiago Murilo de; NASCIMENTO, Lucas Martins do; TAKASE, Emílio. Top-down vs. Bottom-up: alterações no processamento de informações durante a indução de fadiga mental. **Ciênc. cogn**, p. 10-18, 2018.

MELO, Wilson Vieira. **Estratégias psicoterápicas e a terceira onda em terapia cognitiva**. Novo Hamburgo: Sinopsys, 2014.

MEMON, Amina; HIGHAM, Philip A. A review of the cognitive interview. **Psychology, Crime and Law**, v. 5, n. 1-2, p. 177-196, 1999.

MILNER, A. David; GOODALE, Melvyn. A. Two visual systems re-viewed. **Neuropsychologia**, 46: 774-785, 2008.

MIRA, José Joaquín; DIGES, Margarita. Teorías intuitivas sobre memoria de testigos: un examen de metamemoria. **International Journal of Social Psychology**, v. 6, n. 1, p. 47-60, 1991.

MITCHELL, Karen J.; JOHNSON, M. K. Source monitoring 15 years later: what have we learned from fMRI about the neural mechanisms of source memory? **Psychological Bulletin**, 135(4), 638, 2009.

MITIDIERO, Daniel. **Processo Civil**. São Paulo: Thomson Reuters, 2021.

MOGRABI, Daniel C.; MOGRABI, Gabriel J. C.; LANDEIRA-FERNANDEZ, J. Aspectos históricos da neuropsicologías e o problema mente-cérebro. *In*: FUENTES, Daniel; MALLOY-DINIZ, Leandro F.; CAMARGO, Candida Helena Pires de; CONSENZA, Ramon M. **Neuropsicologia: teoria e prática**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

MURPHY, Gillian; GREENE, Ciara M. Perceptual load affects eyewitness accuracy and susceptibility to leading questions. **Frontiers in psychology**, v. 7, p. 1322, 2016.
MURRE, Jaap M. J.; DROS, Joeri. Replication and analysis of Ebbinghaus' forgetting curve. **PloS one**, 10(7), 2015.

MYERS, David G. **Psicologia social**. 10. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

MYRA Y LÓPEZ, Emilio. **Manual de Psicologia Jurídica**. Trad: Antônio Roberto Hildebrand. Leme/SP: EDIJUR, 2021.

NAIL, Paul R.; MACDONALD, Geoff; LEVY, David A. Proposal of a four-dimensional model of social response. **Psychological Bulletin**, v. 126, n. 3, p. 454, 2000.

NEUFELD, Carmem Beatriz; BRUST, Priscila Goergen; STEIN, Lilian Milnitsky. Bases epistemológicas da psicologia cognitiva experimental. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 27, p. 103-112, 2011.

NEUFELD, Carmem Beatriz; STEIN, Lilian Milnitsky. As bases da psicologia cognitiva. **Revista da Saúde Urcamp**, v. 3, n. 2, p. 76-87, 1999.

NICOLAS, Serge et al. The influence of suggestibility on memory. **Consciousness and cognition**, v. 20, n. 2, p. 399-400, 2011.

OLIVEIRA, Alcyr. (org.) **Memória: cognição e comportamento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

OLIVEIRA, Theodoro Balducci de. **Delação premiada e verdade no processo penal brasileiro**. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2022.

PACELLI, Eugênio; FISCHER, Douglas. **Comentários ao Código de Processo Penal e sua jurisprudência**. 15. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Juspodivm, 2023.

PAULO, Rui M.; ALBUQUERQUE, Pedro B.; BULL, Ray. A Entrevista Cognitiva Melhorada: Pressupostos teóricos, investigação e aplicação. **Psicologia**, v. 28, n. 2, p. 21-30, 2014.

PEER, Eyal; GAMLIEL, Eyal. Heuristics and biases in judicial decisions. **Court Review**, v. 49, n. 2, p. 114-118, 2013.

PELISOLI, Cátula da Luz; ROVINSKI, Sonia Liane Reichert. Avaliação de suspeita de abuso sexual. *In*: HUTZ, Claudio Simon; BANDEIRA, Denise Ruschel; TRENTINI, Clarissa Marcell; ROVINSKI, Sonia Liane Reichert; LAGO, Vivian de Medeiros. **Avaliação Psicológica no Contexto Forense**. Porto Alegre: Artmed, 2020.

PEREIRA, Frederico Valdez. **Iniciativa probatória de ofício e o Direito ao juiz imparcial do Processo Penal**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

PERGHER, Giovanni Kuckartz; GRASSI-OLIVEIRA, Rodrigo; DE ÁVILA, Luciana Moreira; STEIN, Lilian Milnitsky. Memória, humor e emoção. **Revista de psiquiatria do Rio Grande do Sul**, São Paulo, ed. 28, p. 61-88, 2006.

PERGHER, Giovanni Kuckartz; STEIN, Lilian Milnitsky. Entrevista cognitiva e terapia cognitivo-comportamental: do âmbito forense à clínica. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas** 1(2), 11-20, 2005.

PESSOA, Alberto. **A prova testemunhal**. Coimbra: França & Arménio, 1913.

PICKEL, Kerri. When a lie becomes the truth: The effects of self-generated misinformation on eyewitness memory. **Memory**, v. 12, n. 1, p. 14-26, 2004.

PINTER, Rafael. **As perguntas proibidas nos processos civil e penal**: como identificar e controlar as perguntas indutivas e as perguntas capciosas na atividade inquiratória. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022.

PINTO, Luciano Haussen. **Psicologia do Testemunho e uma nova técnica de entrevista investigativa**: a versão brasileira da Self-Administered Interview. (Tese de Doutorado). Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

PINTO, Luciano Haussen; STEIN, Lilian Milnitsky. Nova ferramenta de entrevista investigativa na coleta de testemunhos: a versão brasileira da Self-Administered Interview©. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 11, n. 1, p. 110-128, 2017.

PISA, Osnilda. **Psicologia do testemunho: os riscos na inquirição de crianças**. Orientadora: Lilian Milnitsky Stein. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.

POÍNHOS, Rui Manuel de Almeida; GASPAR, Nuno Miguel Soares. Depressão e priming de palavras positivas, neutras e negativas. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 32, p. 583-593, 2015.

PUGLIELLI, Larissa Carvalho. **A entrevista cognitiva e a aplicação da versão brasileira da SAI (Self Administered Interview)**. (Tese de Doutorado). Faculdade de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2015.

RAMOS, Vitor de Paula. Presuntivismo e falsa contraposição entre mentira e verdade: duas possíveis causas para seguirmos ignorando o impacto de fatores como a passagem do tempo e as informações pós-evento no processo penal. Três propostas sobre o que fazer. **Revista Brasileira de Direito Processual Penal**, v. 8, n. 3, p. 1229-1260, 2022.

RAMOS, Vitor de Paula. **Prova testemunhal: do subjetivismo ao objetivismo, do isolamento científico ao diálogo da psicologia e a epistemologia**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora JusPodivm, 2022.

RAMOS, Vitor de Paula. **Prova testemunhal: do subjetivismo ao objetivismo, do isolamento científico ao diálogo da psicologia e a epistemologia**. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora JusPodivm, 2024.

REIS, Marina Pádua. **Estudo do envolvimento do córtex perirrinal na reconsolidação da memória de reconhecimento de objetos**. Orientador: Martin Pablo Cammarota. Tese de doutorado em Neurociências. Instituto do Cérebro. Natal, 2019.

RECHDEN, Ana Paula. Lei do depoimento especial: a consagração do valor à voz de crianças e adolescentes. *In*: TRINDADE, Jorge (coord.). **Para uma psicologia (forense) da esperança**. São Paulo: Life Editora, 2021.

ROBERTS, Wayne T.; HIGHAM, Philip A. Selecting accurate statements from the cognitive interview using confidence ratings. **Journal of Experimental Psychology: Applied**, v. 8, n. 1, p. 33, 2002.

RODRIGUES, Aroldo; ASSMAR, Eveline Maria Leal; JABLONSKI, Bernardo. **Psicologia Social**. 33. ed. rev. e aum. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

ROHENKOHL, Gustavo; GOMES, Carlos Falcão de Azevedo; SILVEIRA, Ronie Alexandro Teles da; PINTO, Luciano Haussen; SANTOS, Renato Savarin dos. Emoção e falsas memórias. *In*: STEIN, Lilian Milnitsky. **Falsas memórias: fundamentos científicos e suas aplicações clínicas e jurídicas**. Porto Alegre: Artmed, 2010. cap. 4.

ROSA, Alexandre Morais da. Devido processo (penal) substancial: 25 anos depois da CF/88. **Revista Brasileira de Direito**, v. 9, n. 1, p. 25-53, 2013.

SAMPAIO, Denis. **Valoração da Prova Penal: O problema do livre convencimento e a necessidade de fixação do método de constatação probatório como viável controle decisório**. Florianópolis: Ematis, 2022.

SANTA ROSA, Graziela Matos S. Síndrome da alienação parental ou simplesmente vingança. **Revista Letrando**, v. 2, 2012.

SANTOS, Emanuelle M. M. dos; CONSTANTINO, Bruna; ROCHA, Marina M. da; MASTROENI, Marco Fábio. Preditores da baixa habilidade percepto-motora em crianças de 4-5 anos de idade. **Revista Brasileira de Saúde Materno-Infantil**, 20(3), 769-778, 2020.

SANTOS, Samara Silva dos; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Compreendendo as mães de crianças vítimas de abuso sexual: ciclos de violência. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 25, n. 4, p. 595-606, 2008.

SARAIVA, Magda; ALBUQUERQUE, Pedro B. Influência da idade, desejabilidade social e memória na sugestionabilidade infantil. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 28, 356-364, 2015.

SATIN, Geri E.; FISHER, Ronald P. Investigative utility of the Cognitive Interview: Describing and finding perpetrators. **Law and human behavior**, v. 43, n. 5, p. 491, 2019.

SAYWITZ, Karen J. et al. Effects of interviewer support on children's memory and suggestibility: Systematic review and meta-analyses of experimental research. **Trauma, Violence, & Abuse**, v. 20, n. 1, p. 22-39, 2019.

SCHACTER, Daniel L. **Os sete pecados da memória**: como a mente esquece e lembra. Trad: Sueli Anciães Gunn. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

SCHACTER, Daniel L. The seven sins of memory: an update. **Memory**, v. 30, n. 1, p. 37-42, 2022.

SCHILLING, Lucas Porcello; PORTUGUEZ, Mirna Wetters. Cognição. *In*: NUNES, Magda Lahorgue; DA COSTA, Jaderson Costa; DE SOUZA, Draiton Gonzaga. **Entendendo o Funcionamento do Cérebro ao Longo da Vida**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2021.

SKAGERBERG, Elin; WRIGHT, Daniel. The prevalence of co-witnesses and co-witness discussions in real eyewitnesses. **Psychology, Crime & Law**, v. 14, n. 6, p. 513-521, 2008.

SILVA, Ângelo Roberto Ilha da. Direito Penal, Processo e Verdade: É Verdade que há Verdade? *In*: **Ensaios para Daniel Mitidiero**: Do Processualista ao Jurista. Do Professor ao Mestre e Amigo (org. Artur Carpes; Marco Félix Jobim; Otávio Domit; Otávio Motta; Paulo Mendes; Rafael Sirangelo de Abreu; Vitor de Paula Ramos). Londrina: Thoth, 2024.

SILVA, Ângelo Roberto Ilha da. Culpabilidade, capacidade penal reduzida e neurociências: o caso da psicopatia. *In*: REALE JÚNIOR, Miguel; ASSIS MOURA, Maria Thereza de. **Coleção 80 anos do Código Penal**: Tema atuais de Direito Penal. 4. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020. p. 319-374.

SILVA, Ângelo Roberto Ilha da. **Curso de Direito Penal**: Parte Geral. 2. ed. Belo Horizonte: D'Plácido, 2021.

SILVA, Ângelo Roberto Ilha da; DIAS, Daison Nelson Ferreira. A evolução das neurociências do comportamento humano e sua repercussão na teoria jurídica do crime: a casuística da culpabilidade. *In*: MUA, Cíntia Teresinha Burhalde; SILVA, Ângelo Roberto Ilha da; CARDOSO, Renato César. **Neurociências aplicadas ao Direito**. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix, 2022.

SILVA, André do Eirado et al. Estratégias de pesquisa no estudo da cognição: o caso das falsas lembranças. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, p. 84-94, 2010.

SILVA, Pedro Henrique Oliveira Kenne da. **Prova testemunhal no processo penal: memória humana, antecipação e redução do erro judiciário**. Belo Horizonte, São Paulo: D'Plácido, 2023.

SILVA ANDRADE, Flávio da. A tomada da decisão judicial criminal à luz da psicologia: heurísticas e vieses cognitivos. **Revista Brasileira de Direito Processual Penal**, v. 5, n. 1, p. 507-540, 2019.

STAFFORD, Kathleen Powers; SELBOM, Martin O. Assessment of Competence to Stand Trial. *In*: GOLDSTEIN, Alan M.; WEINER, Irving B. **Handbook of Psychology: Forensic psychology**. 2. ed. NJ: John Wiley & Sons, Inc., 2013. v. 11, cap. 18, p. 412-439.

STEIN, Ana Carolina Filippou. Crimes de repercussão e falsas memórias: o enfrentamento das decisões judiciais conforme os procedimentos previstos no Código de Processo Penal brasileiro. *In*: **Direito e Liberdade: Estudos em homenagem ao prof. Nereu José Giacomolli**. São Paulo: Almedina, 2022.

STEIN, Lilian Milnitsky. **Falsas memórias: Fundamentos científicos e suas aplicações clínicas e jurídicas**. Artmed Editora, 2010.

STEIN, Lilian Milnitsky et al. Avanços científicos em psicologia do testemunho aplicados ao reconhecimento pessoal e aos depoimentos forenses. **Brasília: Secretaria de Assuntos Legislativos, Ministério da Justiça (Série Pensando Direito, No. 59)**, 2015.

STEIN, Lilian Milnitsky; MEMON, Amina. Testing the efficacy of the cognitive interview in a developing country. **Applied Cognitive Psychology: The Official Journal of the Society for Applied Research in Memory and Cognition**, v. 20, n. 5, p. 597-605, 2006.

STEIN, Lilian Milnitsky; PERGHER, Giovanni Kuckartz. Criando falsas memórias em adultos por meio de palavras associadas. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 14(2), 353-366, 2001.

STRACKE, Cristiane Borsatto; STEIN, Lilian Milnitsky. Avaliação da estrutura da entrevista investigativa com crianças. *In*: RIOS, Angelita Maria F. Machado; SCHAFFER, Luziana Souto (orgs.). **Perícia médico-legal e criminal em casos de violência sexual contra crianças e adolescentes: procedimentos técnico-científicos e a articulação com a rede de proteção**. Leme: Mizuno, 2022.

- TARUFFO, Michele. **A prova**. São Paulo: Marcial Pons, 2014.
- TARUFFO, Michele. **La prova dei fatti giuridici**. Milano: Giuffrè, 1992.
- TARUFFO, Michele. **La prueba de los hechos**. Trad: Jordi Ferrer Beltrán. 3. ed. Madrid: Trotta, 2009.
- TAVARES, Álef Douglas Moreira; DE ANDRADE OLIVEIRA, Maria Clara; DE OLIVEIRA LEONEL, Juliano. O Ponto Cego Do Direito: Análise Do Flagrante À Luz Da Presunção De Inocência. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 5, p. 3630-3650, 2023.
- THOMPSON, Peter. Perceived rate of movement depends on contrast. **Vision research**, v. 22, n. 3, p. 377-380, 1982.
- TONETTO, Leandro Miletto et al. O papel das heurísticas no julgamento e na tomada de decisão sob incerteza. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 23, p. 181-189, 2006.
- TONINI, Paolo. **A prova no Processo Penal Italiano**. Trad: Alexandra Martins, Daniela Mroz. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002
- TRINDADE, Jorge. **Manual de psicologia jurídica para operadores do direito**. 9ª Ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2021.
- TVERSKY, Amos; KAHNEMAN, Daniel. Judgment under Uncertainty: Heuristics and Biases: Biases in judgments reveal some heuristics of thinking under uncertainty. **science**, v. 185, n. 4157, p. 1124-1131, 1974.
- TWINING, William. Some scepticism about some scepticisms. **Journal of Law and Society**, v. 11, nº 2, p. 137-171, Summer-1984.
- VALENTINE, Tim; FITZGERALD, Ryan J. Identifying the culprit: An international perspective on the National Academy of Sciences report on eyewitness identification evidence. **Applied Cognitive Psychology**, v. 30, n. 1, p. 135-138, 2016.
- VENTURA, Dora Fix. Um retrato da área de neurociência e comportamento no Brasil. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 26, p. 123-129, 2010.
- XAVIER, Cesar Rey. A história do inconsciente ou a inconsciência de uma história?. **Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies**, v. 16, n. 1, p. 54-63, 2010.
- WELLS, Gary L. Applied eyewitness-testimony research: System variables and estimator variables. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 36, n. 12, p. 1546, 1978.

WHEATCROFT, Jacqueline M.; ELLISON, Louise E. Evidence in court: Witness preparation and Cross-Examination style effects on adult witness accuracy. **Behavioral sciences & the law**, v. 30, n. 6, p. 821-840, 2012.

WOJCIECHOWSKI, Paola Bianchi; ROSA, Alexandre Morais da. **Vieses da Justiça: Como as heurísticas e vieses operam nas decisões penais atuação contraintuitiva**. 2. ed. Florianópolis: Emais Editora, 2021.